



Demonstrações financeiras

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2020

com Relatório do Auditor Independente

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da administração – Exercício social 2020	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
1. Contexto operacional	10
1.1. Objeto social	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras	10
2.1 Bases de elaboração e apresentação	10
2.3 Moeda funcional e de apresentação	11
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	11
2.5 Controle em conjunto	12
3 Principais práticas contábeis	12
5 Caixa e equivalentes de caixa	15
6 Tributos e contribuições a compensar	15
7 Investimentos	15
8 Debêntures	18
9 Tributos e encargos sociais a recolher	19
10 Patrimônio líquido	19
11 Despesas gerais e administrativas	20
12 Resultado financeiro	21
13 Imposto de renda e contribuição social	21
14 Transações com partes relacionadas	21
15 Instrumentos financeiros	22
16 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento	23
17 Seguros	23
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	25

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Relatório da administração – Exercício social 2020

Senhores Acionistas,

A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“ISA Investimentos” ou “Companhia”) é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017.

O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”) com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017, e desta forma, seu capital social integralizado passou a ser de R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões.

A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), alienadas pelo Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre as partes, naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações.

Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, equivalente a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Entidade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

2. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Relatório da Administração – Exercício social 2020 - Continuação

convertíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco BBI atuou como o coordenador líder da operação.

As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio da MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado na época pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), e atualmente denominada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de subscrição, e em 9 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A..

Em 2020 a Companhia desembolsou, entre amortização do principal e juros, a importância de R\$50,5 milhões encerrando o exercício social com saldo a pagar, entre principal e juros, na ordem de R\$102 milhões.

3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2020, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$336,7 milhões, e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$164,6 milhões.

4. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Os recursos recebidos da investida TAESA em 2020 permitiu à Companhia, além de honrar seu compromisso financeiro, remunerar seus acionistas com a antecipação de distribuição de proventos referente ao exercício de 2020 no montante de R\$105 milhões, sendo R\$83,3 milhões na forma de dividendos e R\$21,7 milhões correspondentes a juros sobre capital próprio.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.212	11.480
Tributos e contribuições a compensar	6	3.467	2.418
Dividendos a receber	7 (c)	15.759	-
		33.438	13.898
Não circulante			
Investimentos	7 (b)	1.197.769	1.059.159
		1.197.769	1.059.159
Total do ativo		1.231.207	1.073.057
<u>Passivo</u>			
Circulante			
Fornecedores		-	149
Debêntures	8	33.174	7.807
Tributos e encargos sociais a recolher	9	1.899	2.059
		35.073	10.015
Não circulante			
Debêntures	8	69.168	138.790
		69.168	138.790
Patrimônio líquido			
Capital social	10 (a)	695.801	695.801
Reservas de lucros	10 (d)	433.442	228.451
Outros resultados abrangentes	7 (c)	(2.277)	-
		1.126.966	924.252
Total do passivo e patrimônio líquido		1.231.207	1.073.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado de equivalência patrimonial	7 (c)	336.705	149.068
Despesas gerais e administrativas	11	(611)	(2.088)
Amortização da Mais-Valia da concessão	7 (c)	<u>(24.928)</u>	<u>(24.928)</u>
		<u>(25.539)</u>	<u>(27.016)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		311.166	122.052
Despesas financeiras	12	(9.531)	(19.596)
Receitas financeiras	12	<u>493</u>	<u>630</u>
Resultado financeiro		<u>(9.038)</u>	<u>(18.966)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>302.128</u>	<u>103.086</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	13	<u>(1.583)</u>	<u>(6.754)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>300.545</u>	<u>96.332</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício		<u>300.545</u>	<u>96.332</u>
Outros resultados abrangentes	7(c)	2.277	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>302.822</u>	<u>96.332</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial			
Em 31 de dezembro de 2018		695.801	5.736	92.352	33.401	-	-	827.290
Ajuste de combinação de negócios de aquisição de participação na investida	7 (c)	-	-	-	630	-	-	630
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)	-	-	-	-	96.332	-	96.332
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	10 (b/c)	-	4.816	-	-	(4.816)	-	-
Constituição de reserva especial	10 (c)	-	-	-	41.179	(41.179)	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	10 (c)	-	-	50.337	-	(50.337)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019		695.801	10.552	142.689	75.210	-	-	924.252
Ajuste CPC 47 efeito da investida	7(c)	-	-	-	9.461	-	-	9.461
Outros resultados abrangentes na investida	7(c)	-	-	-	-	-	(2.277)	(2.277)
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)	-	-	-	-	300.545	-	300.545
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	10 (b/c)	-	15.027	-	-	(15.027)	-	-
Constituição de reserva especial	10 (c)	-	-	-	93.958	(93.958)	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	10 (c)	-	-	86.545	-	(86.545)	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(21.700)	-	(21.700)
Dividendos intercalares		-	-	-	-	(83.315)	-	(83.315)
Em 31 de dezembro de 2020		695.801	25.579	229.234	178.629	-	(2.277)	1.126.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	300.545	96.332
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Amortização da Mais-Valia (nota 7)	24.928	24.928
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	(336.705)	(149.068)
Juros, amortização do custo de emissão de debêntures e variações monetárias sobre ativos e passivos (nota 8 e 12)	6.251	15.768
	(4.981)	(12.040)
(Aumento) Diminuição de ativos		
Tributos e contribuições a compensar	(1.049)	3.709
	(1.049)	3.709
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(149)	147
Tributos e encargos sociais a recolher	(160)	(978)
	(309)	(831)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	(6.339)	(9.162)
Atividades de investimento		
Dividendos recebidos (nota 7)	129.972	56.127
Juros sobre capital próprio recebidos (nota 7)	34.620	40.788
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	164.592	96.915
Atividades de financiamento		
Amortização de debêntures (principal) (nota 8)	(46.375)	(83.125)
Pagamentos de juros sobre debêntures (nota 8)	(4.131)	(15.717)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 10)	(105.015)	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(155.521)	(98.842)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	2.732	(11.089)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	11.480	22.569
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	14.212	11.480
Variação em caixa e equivalentes de caixa	2.732	(11.089)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“ISA investimentos” ou “Companhia”) é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017.

O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”) com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695,0 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101, passando o capital de R\$695.700 para R\$695.801.

A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações.

Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Em 17 de fevereiro de 2020 a ISA Investimentos subscreveu e integralizou dez ações de emissão da ISA Capital do Brasil S.A., no valor total de R\$50,00 (cinquenta reais).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia possui como outros resultados abrangentes, provenientes por efeito de equivalência na investida, instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa registrados na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da TAESA em 31.12.2020.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Em 26 de março de 2021, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O teste de redução ao valor recuperável do Mais-valia é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que se refere basicamente ao montante de Mais-Valia, devidamente divulgado na nota 7.

2.4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem ações com prognóstico de perda provável e possível.

2.5 Controle em conjunto

A Companhia possui controle em conjunto com a CEMIG da investida TAESA, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a participação na investida TAESA é de 14,8792%.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia enquadra-se no regime de Lucro Real Trimestral. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras em títulos de renda fixa CDB – Certificado de Depósito Bancário (nota 5).

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ativos financeiros classificados nesta categoria corresponde aos valores registrados na rubrica de Caixa e Bancos (nota 5).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.5 Investimentos

Na elaboração de suas demonstrações financeiras a Companhia reconhece e demonstra os investimentos na participação societária nas investidas ISA Capital e TAESA por meio do método de equivalência patrimonial.

3.6 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.7 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. É facultado pelo inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 reter todo o lucro líquido do exercício, em Assembleia Geral, sendo aplicável para companhias fechadas.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de debêntures como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

- CPC 15 (R1) - Definições de negócios
- CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro

Deliberação CVM nº 854, aprovando as revisões dos pronunciamentos técnicos:

- CPC 38 (ISA39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – Definição de omissão material

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

- CPC 11 (IFRS 17) - Contratos de Seguros
- CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante)

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos		179	160
Equivalentes de caixa (i)			
CDB	99% a 101%	14.033	11.320
		<u>14.212</u>	<u>11.480</u>

(i) Equivalentes de caixa (sem considerar os saldos de caixa e bancos) estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 15 (c).

6 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda retido na fonte	1.991	1.347
IRPJ saldo negativo	1.476	1.071
	<u>3.467</u>	<u>2.418</u>

Referente as retenções de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e de recebimento de juros sobre capital próprio. A Companhia mantém o registro do saldo no ativo circulante em função da expectativa de utilização do crédito nos próximos 12 meses.

7 Investimentos

Refere-se a aquisição das ações da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA), ocorrida em 13 de junho de 2017, conforme informado na nota 1. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é composto como segue:

a) Informações da controlada em conjunto - TAESA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		(reapresentado) (*)
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	896.031	82.562
Títulos e valores mobiliários	-	2.337.228
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	190.378	128.177
Ativo de contrato da concessão	1.015.498	855.975
Outros ativos	258.254	164.488
	<u>2.360.161</u>	<u>3.568.430</u>

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários	9.586	4.586
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	19.635	18.869
Ativo de contrato da concessão	8.356.699	5.230.513
Investimentos	2.952.525	2.239.298
Outros ativos	406.813	231.073
	11.745.258	7.724.339
Total dos ativos	14.105.419	11.292.769
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	121.355	10.395
Debêntures	319.473	724.086
Outros passivos	400.815	262.020
	841.643	996.501
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	922.669	414.557
Debêntures	4.857.916	4.158.834
Impostos e tributos	1.288.527	643.543
Outros passivos	168.760	88.957
	7.237.872	5.305.891
Total do passivo	8.079.515	6.302.392
Patrimônio líquido (Consolidado)	6.025.904	4.990.377
	2020	2019
		(reapresentado) (*)
Receita operacional líquida	3.561.286	1.839.990
Custos operacionais	(1.047.979)	(574.018)
Receita (despesas) operacionais	(152.544)	(132.096)
Resultado financeiro	(475.523)	(258.797)
Resultado de equivalência patrimonial	833.942	369.811
Outras receitas	-	9.811
Imposto de renda e contribuição social	(456.255)	(148.584)
Lucro (prejuízo) líquido	2.262.927	1.106.117
Número de ações (quantidade) na data do Balanço	1.033.496.721	1.033.496.721
Patrimônio líquido (Individual)		
Capital social	3.042.035	3.042.035
Reservas de capital	598.736	598.736
Reservas de lucros	1.944.396	1.287.843
Dividendos adicionais propostos	456.035	61.763
Outros resultados abrangentes	(15.298)	-
Total	6.025.904	4.990.377

(*) Valores referentes ao exercício de 2019 da investida foram reapresentados para que reflitam os impactos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, publicou em 1º de dezembro de 2020, o Ofício Circular nº 04/2020 que forneceu orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto. A TAESA adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração de seus projetos, ocasionando impactos no resultado do exercício e também em exercícios anteriores.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Informações do investimento da Companhia

	TAESA	
	2020	2019
Ações possuídas - (quantidades)	153.775.790	153.775.790
Patrimônio líquido (base equivalência patrimonial) (ii)	6.025.904	4.926.795(*)
Percentual de participação sobre capital social	14,8792%	14,8792%
Participação no patrimônio líquido	896.606	733.068
Mais-Valia (i)	390.492	390.492
(-) Amortização – Mais-Valia	(89.329)	(64.401)
Total do investimento	1.197.769	1.059.159

(i) Valor decorrente da diferença entre o preço da aquisição, e o valor patrimonial da adquirida conforme balanço patrimonial na data-base de 30 de junho de 2017. A Mais-Valia foi considerada como sendo de vida útil definida, tendo em vista que o pagamento da mesma é atribuível aos direitos vinculados aos contratos de concessão detido por aquela investida.

(ii) (*) Refere-se ao montante do patrimônio líquido da investida TAESA relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitido em 12/03/2020, excluindo-se os efeitos da reapresentação divulgados na demonstração financeira do exercício de 31 de dezembro de 2020, emitida em 03/03/2021.

Para atender à Interpretação Técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que remete ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, uma empresa de consultoria externa foi contratada para a emissão de Laudo de Avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA, cuja conclusão ocorreu em junho de 2018.

O Laudo emitido pela consultoria externa, demonstrou que a avaliação econômica (valor justo) da participação adquirida pela Companhia, na data base de 30 de junho de 2017 é, significativamente, semelhante ao total do investimento contabilizado, gerando apenas uma reclassificação registrada entre o investimento e a Mais-Valia, efetuado em 30 de junho de 2018. O referido laudo indicou também, que o preço pago, excedente em relação ao patrimônio líquido, refere-se ao “Ativo Intangível - Contratos de Concessão”, e deve ser amortizado de acordo com a vida útil média dos contratos de concessão detidos pela investida TAESA.

Para fins de amortização da Mais-Valia, a Companhia adotou, inicialmente, o método linear mensal com base no prazo de término de dois principais contratos de concessões da TAESA previstos para 2030. Em junho de 2018, após a conclusão do Laudo, o valor da amortização da Mais-Valia foi reconhecido pela Companhia com base em todos os contratos de concessão da TAESA e devidamente ajustado. O montante amortizado durante o exercício de 2020, foi de R\$24.928 (R\$24.928 em 2019).

c) A movimentação dos investimentos no exercício é como segue:

Saldo em 2018	1.031.304
Amortização da Mais-Valia	(24.928)
Equivalência patrimonial	149.068
Ajustes no patrimônio líquido da investida	630
Dividendos recebidos da investida	(56.127)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(40.788)
Saldo em 2019	1.059.159

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Amortização da Mais-Valia	(24.928)
Equivalência patrimonial	336.705
Resultados abrangentes na investida	(2.277)
Ajustes no PL da investida (impacto alterações CPC 47) (*)	9.461
Dividendos a receber	(15.759)
Dividendos recebidos da investida	(129.972)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(34.620)
Saldo em 2020	1.197.769

(*) Corresponde ao percentual de participação sobre o ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$63.583 registrado na investida TAESA, relativos a determinados efeitos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

8 Debêntures

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Spread a.a.	2020	2019
1ª Emissão – Série única	02/06/2022	350.000.000	100% CDI a.a.	1,68%	102.342	146.597
Circulante					33.174	7.807
Não circulante					69.168	138.790

Em 2 de junho de 2017 a Companhia emitiu 350.000 debêntures com a finalidade subsidiar parte do investimento efetuado na aquisição das ações da TAESA, sendo tais debêntures emitida em série única, no montante total de R\$350.000, para ser liquidado em 5 parcelas anuais de R\$70.000, sendo a primeira parcela em 2 de junho de 2018 e a quinta parcela em 2 de junho de 2022. Desde o início a Companhia vem aplicando a modalidade do *cash sweep* que permite a realização de amortizações antecipadas. Ao longo do exercício de 2020 foram realizadas 2 (duas) antecipações, conforme a seguir:

Data do pagamento	Principal	Juros	Total
29.01.2020	7.875	1.431	9.306
02.06.2020	-	2.400	2.400
16.06.2020	38.500	300	38.800
Total	46.375	4.131	50.506

As debêntures foram emitidas com base na Instrução CVM 476/09, e houve dispensa de registro de distribuição na CVM. Todas as exigências e cláusulas restritivas não financeiras (“*covenants*”), estabelecidas no contrato, estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

Os custos de emissão inicial estão sendo apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros. Em 2020 foi apropriada a importância de R\$773 (R\$780 em 2019). O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, após de 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.224 (R\$1.997 em 31 de dezembro de 2019).

Os vencimentos das parcelas a longo prazo, estão distribuídos como segue:

	2020	2019
2021	-	69.194
2022	69.168	69.596
	69.168	138.790

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação no exercício é como segue:

Saldo em 2018	229.671
Juros, variações monetárias	15.768
Pagamento de juros	(15.717)
Amortizações do principal	(83.125)
Saldo em 2019	146.597
Juros, variações monetárias	6.251
Pagamento de juros	(4.131)
Amortizações do principal	(46.375)
Saldo em 2020	102.342

9 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2019</u>
Impostos retidos da fonte	1.148	135
Contribuição social	-	1.067
COFINS	617	704
PIS	134	153
	<u>1.899</u>	<u>2.059</u>

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2020 e 2019 é de R\$695.801, e está representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	695.000.000	99,89938%
ISA Capital do Brasil S.A.	700.000	0,10062%
Total	695.700.000	100%

(b) Destinação dos lucros

Nos termos do artigo nº 35 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe destinar o lucro líquido do exercício conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	300.545	96.332
Constituição da reserva legal	(15.027)	(4.816)
Base para distribuição de proventos	285.518	91.516
Juros Sobre Capital Próprio distribuídos	(21.700)	-
Dividendos distribuídos	(83.315)	-
Total de proventos distribuídos	(105.015)	-

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Saldo do lucro remanescente	180.503	91.516
Constituição da reserva especial	(93.958)	(41.179)
Constituição da reserva de retenção de lucros (*)	(86.545)	(50.337)
	-	-

(*) Decorre de previsão existente na escritura das debêntures e ao amparo do inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

(c) Proventos pagos

O Conselho de Administração deliberou, “ad referendum” da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos intercalares aos acionistas, como segue:

Pagamento	Valor bruto	Provento	Competência	Deliberação
09.10.2020	6.700	Juros sobre Capital Próprio	2020	28.09.2020
09.10.2020	19.915	Dividendos intercalares	2020	28.09.2020
18.12.2020	15.000	Juros sobre Capital Próprio	2020	11.12.2020
18.12.2020	63.400	Dividendos intercalares	2020	11.12.2020
	105.015			

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

(d) Reservas de lucros

	2020	2019
Reserva legal (i)	25.579	10.552
Reserva de retenção de lucros (ii)	229.234	142.689
Reserva especial (iii)	178.629	75.210
	433.442	228.451

- (i) Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Constituída com base na alocação do saldo do lucro líquido do exercício remanescente.
- (iii) Constituída em decorrência da investida TAESA ter alocado parte do lucro líquido do exercício em reserva especial de lucros.

11 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços	(374)	(1.843)
Despesas - partes relacionadas (nota 14)	(235)	(228)
Outros	(2)	(17)
	(611)	(2.088)

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	359	432
Juros SELIC IR a recuperar	134	198
	<u>493</u>	<u>630</u>
Despesas		
Encargos sobre as debêntures	(6.251)	(15.768)
Imposto sobre operações financeiras	(52)	(24)
PIS e COFINS sobre receita financeira e JSCP	(3.226)	(3.803)
Outros	(2)	(1)
	<u>(9.531)</u>	<u>(19.596)</u>
Resultado financeiro	<u>(9.038)</u>	<u>(18.966)</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro real trimestral, porém, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente.

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	302.128	103.086
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(102.724)	(35.049)
Juros Sobre Capital Próprio recebidos da investida	(11.771)	(13.868)
Amortização da Mais-Valia	(8.476)	(8.476)
Equivalência patrimonial	114.480	50.683
Juros Sobre Capital Próprio - pagos	7.378	-
Outros	(470)	(44)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(1.583)</u>	<u>(6.754)</u>
Alíquota efetiva	<u>0,52%</u>	<u>6,55%</u>

14 Transações com partes relacionadas

A transação com partes relacionadas no exercício refere-se à prestação de serviços pela ISA Capital do Brasil S.A. por meio de contrato de prestação de serviços abrangendo, serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros. Durante o ano de 2020, o gasto correspondente foi no montante de R\$235 (R\$228 em 2019), registrado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas (nota 11). Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia também registrou dividendos a receber com base nos dividendos obrigatórios, conforme divulgado na Demonstração do Patrimônio Líquido, relativos às demonstrações financeiras da investida TAESA, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não contratou nem negociou instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Equivalentes de caixa (CDB)	2	14.033	11.320
<u>Custo amortizado</u>			
Caixa e bancos	-	179	160
Dividendos a receber	-	15.759	-
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Debêntures			
Circulante	-	33.174	7.807
Não circulante	-	69.168	138.790
Fornecedores	-	-	149

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Debêntures		
Circulante	33.174	7.807
Não circulante	69.168	138.790
Dívida total	102.342	146.597
Caixa e equivalentes de caixa	14.212	11.480
Dívida líquida	88.130	135.117
Patrimônio líquido	1.126.966	924.252
Índice de endividamento líquido	7,8%	14,6%

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A ISA Investimentos possui *covenants* não financeiros em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua investida em conjunto, TAESA.

Em 31 de dezembro de 2020, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“*covenants* não financeiros”).

O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de taxas de juros** – A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread.
- (ii) **Risco de liquidez** – O fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos proventos recebidos da investida TAESA.
- (iii) **Risco de captação** – Para minimizar o risco de captação de recursos, em uma eventual redução dos proventos recebidos da investida, a Companhia monitora permanentemente suas obrigações, antecipando a amortização da dívida junto aos debenturistas quando oportuno.

16 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	2019	Fluxo de caixa	Alterações não Caixa			2020
			Adição ou transferência	Juros	Destinação	
Debêntures	146.597	(50.506)	-	6.251	-	102.342
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	(105.015)	-	-	105.015	-
Total	146.597	(155.521)	-	6.251	105.015	102.342

17 Seguros

Em 2020, a modalidade de cobertura de seguros contratada, considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais sinistros foi a de responsabilidade civil dos administradores “D&O” (*Directors and Officers Liability*), com vigência de 27/02/2020 até 27/02/2021, importância segurada no montante de R\$60.000.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO
Diretor-Presidente

ALEX ENRIQUE OLANO NIETO
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BERNARDO VARGAS GIBSONE
Presidente

CÉSAR AUGUSTO RAMÍREZ ROJAS
Vice-Presidente

ANA MILENA LOPEZ ROCHA
Conselheira

CAROLINA BOTERO LONDOÑO
Conselheira

CONTADORA

IZABELLE FELICIO TOMAZ
CRC 1SP292155/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP